



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 546470 - SP (2019/0346552-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ROBSON FERNANDO PORTO MECHA
ADVOGADO : ROBSON FERNANDO PORTO MECHA - SP361896
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DOUGLAS RODRIGUES BORGES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO PREVENTIVA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em nome de **Douglas Rodrigues Borges**, com a alegação de constrangimento ilegal decorrente do julgamento do HC n. 2216656-53.2019.8.26.0000 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e consequente manutenção da prisão preventiva do paciente no Processo n. 1500398-69.2019.8.26.0368, da 2ª Vara Criminal da comarca de Monte Alto/SP.

Alega a defesa que não estão presentes os requisitos para a prisão preventiva.

Afirma que nem sequer houve o descumprimento das medidas protetivas impostas, eis que configurado o relacionamento amoroso entre vítima e paciente, e ainda, o suposto delito, em tese, praticado pelo paciente não tem pena máxima em abstrato superior a 4 (quatro) anos, bem como o mesmo é PRIMÁRIO, DE BONS ANTECEDENTES, TEM TRABALHO LÍCITO E POSSUI RESIDÊNCIA FIXA, restando totalmente ausentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal (fls. 5/6).

Requer, assim, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente.

Liminar indeferida (fls. 126/127).

Informações prestadas (fls. 131/134), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 136/143).

É o relatório.

De acordo com reiteradas decisões desta Corte Superior, as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

In casu, o Juízo singular indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva decretada, asseverando que (fl. 117 - grifo nosso):

[...] o acusado ameaçou por mais de uma vez a ex-companheira e mesmo após a fixação de medida protetivas de afastamento e proibição de contato (p. 17/18), por fato ocorrido em 23 de junho de 2019, o averiguado continuou a prática de atos de violência doméstica, inclusive agredindo a vítima no dia 07 de setembro de 2019, evidenciando a existência de prova suficiente da materialidade e indícios de autoria, com relação ao descumprimento da medida protetiva imposta

Além disso, restou comprovado que em liberdade o investigado coloca em risco a ordem pública e a integridade física da vítima, considerando a gravidade dos crimes, cometidos no âmbito da violência doméstica contra a mulher, cuja situação tem sido vivenciada de modo reiterado pela vítima.

[...]

O Tribunal *a quo* manteve a segregação, afirmando que (fls. 121/123):

[...]

A medida encontra amparo no artigo 20 da Lei 11.340/06, bem como no artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, os quais autorizam a prisão preventiva do agressor nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Desta maneira, resta nítida a gravidade concretados fatos imputados ao paciente, demonstrando a insuficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere ou a sua simples soltura .

[...]

A medida se mostra adequada e necessária, com o fim de assegurar a aplicação da lei penal, por conveniência da instrução criminal, como garantia da ordem pública e, principalmente, para acautelar a integridade física e psíquica da vítima, encontrando-se, portanto, preenchidos os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, não havendo que se falar em constrangimento ilegal, sendo a denegação da ordem de rigor.

Por fim, como bem salientado no parecer do i. procurador de justiça, as informações constantes nos autos revelam ser o paciente pessoa de personalidade extremamente violenta, ressaltando que, até o momento, não há notícias acerca do cumprimento do mandado de prisão que decretou sua custódia cautelar.

[...]

Ora, dos excertos acima transcritos, verifica-se a real necessidade da custódia cautelar do paciente para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, em razão da possível reiteração das condutas, uma vez que, segundo consta dos autos, o acusado descumpriu medida protetiva anteriormente imposta, circunstância que demonstra sua periculosidade, a justificar a não concessão da pretendida liberdade provisória.

Conforme a regra insculpida no art. 313 do Código de Processo Penal, nas hipóteses de violência doméstica e familiar contra a mulher, caberá a prisão preventiva para assegurar a eficácia das medidas protetivas de urgência, quando essas em si se revelarem ineficazes para a sua tutela.

Com efeito, evidenciado que o paciente, mesmo após cientificado das medidas protetivas de urgência impostas, ainda assim voltou a ameaçar a vítima, demonstrada está a imprescindibilidade da sua custódia cautelar, especialmente a bem da garantia da ordem pública, dada a necessidade de resguardar-se a integridade física e psíquica da ofendida, fazendo cessar a reiteração delitiva, que no caso não é mera presunção, mas risco concreto, e também para assegurar o cumprimento das medidas protetivas de urgência deferidas (HC n. 230.940/MG, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 14/5/2012).

No caso, o risco de reiteração delitiva apontado pelas instâncias ordinárias é real e confere lastro de legitimidade à manutenção da medida extrema. Há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia preventiva do paciente, não se mostrando suficientes, para o caso em análise, as medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. AMEAÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER (LEI MARIA DA PENHA). PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. PRÉVIO DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. PROTEÇÃO À INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DA VÍTIMA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO CONCRETO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RÉU EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. MANDADO DE PRISÃO AINDA NÃO CUMPRIDO. ACUSADO FORAGIDO. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRIÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES MAIS BRANDAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. ORDEM DENEGADA.

1. O Supremo Tribunal Federal não mais admite o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, por malferimento ao sistema recursal, entendimento que foi aqui adotado, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Não há que se falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na necessidade de garantir a ordem pública, ameaçada diante da gravidade concreta do delito denunciado.

3. No caso, o acusado descumpriu medida protetiva imposta nos autos, vez que continuou a enviar mensagens com ameaça de morte à ofendida, circunstância que denota a imprescindibilidade da custódia para acautelar a ordem pública e social.

4. A necessidade de proteger a integridade física e psíquica da ofendida e de cessar a reiteração delitiva são indicativas do periculum libertatis exigido para a constrição processual.

5. O paciente não se apresentou ao Juízo por ocasião da audiência de admoestação e, passado mais de um ano da ordem constritiva, não há notícias do cumprimento do respectivo mandado de prisão, ainda se encontrando o agente em local incerto, circunstância que evidencia o seu descaso com a apuração dos fatos e a intenção de furtar-se à ação da Justiça.

6. A evasão do distrito da culpa que ainda perdura, é fundamentação que reforça a necessidade da custódia antecipada na hipótese dos autos, também com o fim de garantir a aplicação da lei penal.

7. A tese referente à autoria das mensagens enviadas à ofendida demanda o reexame aprofundado de fatos e provas, o que não pode ser dirimido na via sumária eleita. Ademais, a matéria não foi apreciada pela Corte de origem, o que obsta o exame por este Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

8. Incabível a aplicação de cautelares diversas quando a segregação se encontra justificada para acautelar o meio social, diante da gravidade efetiva do delito, evitando-se, com a medida, também, a reprodução de fatos criminosos de igual natureza e gravidade.

9. Ordem denegada (HC n. 532.065/BA, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 19/12/2019).

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator